



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

IDENTIDADE DE GÊNERO E ESCOLA: O CURRÍCULO COMO CAMINHO CONTESTADO

Ana Cláudia da Silva Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba claudicavn@yahoo.com.br

Jonantas Soares Hortins

Universidade Federal da Paraíba jonatas-fontelles@hotmail.com

Tiago José dos Santos

Universidade Federal da Paraíba pontes.tiago2016@gmail.com

Laise Munique Alves da Silva

Universidade Federal da Paraíba laise_anjosdanoite@hotmail.com

Resumo:

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar como o currículo vivenciado por estudantes de uma instituição de ensino tem tratado das questões da identidade de gênero. A abordagem metodológica selecionada foi a qualitativa, os instrumentos para coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a análise documental. Os sujeitos foram selecionados de forma aleatória entre os estudantes que assumiam sua identidade de gênero. A organização da análise, a partir da tabulação das entrevistas, foi disposta em três fases: a primeira, a pré-análise, que busca tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais conduzindo a um plano de análise, levando em consideração as escolhas dos documentos que atendessem a regra da exaustividade e a regra da pertinência; a segunda, a exploração do material se consistiu na codificação e categorização. A terceira fase aborda o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2011). Os resultados da pesquisa indicaram o currículo escolar da instituição, objeto do estudo, não contribuiu para a superação das desigualdades sociais, pois não discuti o tema sobre a identidade de gênero e a orientação sexual com estudantes e profissionais possibilitando que experiências de negação das identidades possam ser construídas de forma preconceituosas e estereotipadas sem a devida orientação da escola. Os estudantes investigados relatam que assumem sua identidade de gênero e orientação sexual em sua maioria. Porém, muitas famílias ainda não aceitam e demonstram preocupação quanto a segurança de seus filho e a violência social.

Palavras-chaves: identidade, currículo, gênero.



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere nas discussões atuais sobre identidade de gênero, escola e currículo buscando compreender como estes temas se entrelaçam na prática pedagógica. Nosso objeto de estudo foi o currículo de uma escola agrícola da região do brejo paraibano que trabalho com jovens adolescentes desde 1924. Tratar-se-á, nesta pesquisa, das ações desenvolvidas na instituição que contribuem para visibilizar e promover o debate sobre os temas, anteriormente citados, com estudantes das mais variadas cidades do estado da Paraíba.

Os estudos sobre currículo tem debatido o tema sobre a identidade e a diferença intensamente nos últimos anos, por ser uma discussão bastante complexa, que envolve os domínios tanto social quanto do indivíduo. Sua complexidade se deve ao fato de se evidenciar no debate os aspectos das identidades que se relacionam com a participação dos sujeitos em determinados grupos (LOPES e MACEDO, 2011).

Os pesquisadores que defendem o tema da identidade no campo do currículo se apoiam no que denominam de políticas de identidade. Tais políticas ratificam no currículo o que estes pesquisadores consideram de monoculturalidade, ou seja, currículos baseados em uma cultura geral, que não observam as especificidades dos sujeitos sociais e o seu pertencimento a determinados grupos. Estas políticas tem sido responsáveis pela dominação cultura, que a escola contribuiu ao longo dos anos para consolidar, gerando tensões entre grupos e sujeitos sociais.

A superação das discussões sobre identidade com ênfase na essencialização biológica urge e se faz necessário o foco da mudança recair sobre a necessidade de garantia dos direitos legítimos dos sujeitos. Uma vez que “identidades são definidas pela sua diferença em relação a outras identidades e não por algo que lhe é próprio” (LOPES e MACEDO, 2011, p. 222). Portanto, as identidades são o resultado de um processo construído de significação dentro dos arranjos sociais. E a diferença se caracteriza como mudança, como algo que se transforma dependendo do contexto, não somos estáticos. Por isso, deve-se entender o currículo como um processo “de produção de sentidos, sempre híbridos, que nunca cessa”(p227).

O desafio consiste, justamente, em desconstruir os discursos inerentes aos currículos hegemônicos para que estes não se consolidem cada vez mais, tornando-se difícil fugir dele.



Perpetuando culturas superiores, modos alienantes de existência e preconceito o cerne do debate se volta para o currículo como possibilidade de desconstrução destas hegemonias. .

O tema sobre identidade de gênero está em evidência na atualidade. Inicialmente o debate ocorreu entre os representantes dos entes federativos na aprovação do Plano Nacional de Educação que estabeleceu metas para a educação a serem cumpridas nos próximos 10 anos, ou seja, de 2014 a 2024, sendo aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Mesmo após a aprovação do projeto de lei, este continuou no cenário das discussões, uma vez que os planos estaduais e municipais, na sua grande maioria, excluíram os termos identidade de gênero e sexualidade de seus textos.

O argumento principal considerado foi o das bancadas religiosas que protestaram contra a inclusão dos temas, alegando que discutir identidade de gênero e sexualidade vai de encontro aos preceitos religiosos defendidos em pró da família. Porém, o debate permanece cada vez mais caloroso, isto porque existe atualmente no congresso nacional outro projeto de lei que pretende modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/96 acrescentando 9 artigos, dentre eles o art. 2 que prever no seu parágrafo único que

O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

No momento atual, em que cada vez mais as pessoas têm liberdade de escolha seja, política, religiosa ou sexual, este projeto, sendo aprovado representará a manutenção do conservadorismo e repressão, tornando o ato de ensino um desafio para a escola, enquanto organismo vivo de produção/reprodução de pensamentos que foram consolidados ao longo da história e devem subsidiar a formação das novas gerações.

Para isto, se faz necessário a construção e efetividade de um currículo pensado para a pluralidade, a partir da complexidade das relações e a identidade dos indivíduos, o que implica em uma prática contextualizada e sobretudo atualizada. Corroborando Pimentel (2007, p. 20) afirma que o currículo,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

[...] é, antes de tudo, uma configuração dos modos de vida de habitar o mundo, por isso mesmo não pode ser pensado fora dos limites e possibilidades de sentir, agir e pensar a humana-idade que faz as histórias do presente no solo sempre fértil e fecundo da escola e de todos os espaços em que o viver comum inspira e pratica a educação.

Direcionando para o campo da nossa pesquisa, trabalhar gênero e currículo é trabalhar com a subjetividade, identidade e também o próprio processo, o currículo não pode negar a existência e permanência destes sujeitos quotidianamente na escola.

Uma vez que tudo pode ser transformado e construído, para Salih (2015, p.94), “o gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo.” Portanto, tratar de expressões de gênero singulares e de forma normativa é anular toda uma referência do meio em que os sujeitos estão inseridos, o que está imbuído em diferentes facetas de relações de dominação.

Problematizar as relações implícita ou explícitas de gênero implica em muito mais que esclarecer o que a dominação de um gênero sobre o outro pode provocar, ele possibilita dar visibilidade a questões maiores como a da cultura de violência naturalizada entre os sexos e a reprodução de sexismo e misoginia quando deslocado ao valor do que é ser feminino, efeminado, assim não encaixando-se em padrões ditados pela heteronormatividade socialmente construída.

A dominação de gênero além de presente dentro do ambiente escolar se faz presente em instituições sociais como escola e família, como modo de representatividade feita pelo masculino, branco, hetero e classe média. O valor atribuído a tal cultura como esta, reprime e discrimina pessoas que fogem à regra deste modelo, a exemplo de orientações sexuais como a própria homossexualidade e bissexualidade que tão naturais quanto a heterossexualidade transitam à margem da sociedade.

Ancorados no discurso que ilegítima a homossexualidade por questões biológicas de não reprodução da espécie, e de âmbito religioso por ser um ato dito “pecaminoso”, a escola “esquece” de sua laicidade e acaba por reproduzir normas homogeneizadoras que silenciam e cultuam os indivíduos a serem moldados de acordo com o padrão tradicional “normal” instituído. Como ressalta (LOURO 200, p. 53)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Cada sujeito é, ao mesmo tempo, muitas “coisas”, tem muitas identidades: de classe, de etnia, de religião, de nacionalidade, de geração, de gênero, etc., e os modos como articulam essas identidades também são múltiplos. No entanto, apesar desta multiplicidade de posições, não há como negar que as nossas escolas são muito pouco acolhedoras para todos aqueles e todas aquelas que não se ajustam aos padrões ditos normais.

A escola como espaço difusor de pensamentos e desconstrução dos mesmos, toma para si esta lição, de torna-se um ambiente que vise a inclusão plena e debate de temáticas presentes como esta. Os sujeitos que ali vivem, são de diversificadas religiões, sexos e etnias. Silenciar diante de conflitualidades sejam de exortações preconceituosas ou racistas é privar o direito a plena educação, a educação para todas e todos.

É preciso despir-se de velhas práticas e saberes finalizados, assim como a discussão de gênero, o currículo é algo inacabado que a todo o tempo se faz e desfaz pela lógica mais clara, a de lidar com o ser humano e suas especificidades diversas, que se faz múltiplo e complexo. Neste sentido, indagamos: como o currículo vem contribuindo para a superação das desigualdades sociais, através das discussões sobre identidade de gênero na escola investigada? Os estudantes que assumem sua identidade de gênero como o fazem na sua vida pessoal e na escola? O currículo como espaço de discussão da diversidade tem proporcionado a minimização de preconceitos e a inclusão social?

Para atender as questões levantadas elegemos como objetivo geral: analisar como o currículo vivenciado por estudantes da instituição de ensino tem tratado das questões da identidade de gênero.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica escolhida que permitira responder as questões apresentadas e atender ao que se estabelece no objetivo geral foi a pesquisa qualitativa, caracterizada para Richardson (2007, p.90) como “a tentativa de uma compreensão detalhada de significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

O local da pesquisa foi o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN, escolhido por ser o espaço de trabalho e estudo dos pesquisadores. Historicamente esta instituição oferta o ensino profissionalizante há mais de 90 anos e apresenta, atualmente, no seu quadro 56 docentes, cerca de



445 discentes e 85 servidores entre efetivos e terceirizados, que atuam diretamente nas ações de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Os cursos ofertados pelo CAVN são: Técnico de Nível Médio em Agropecuária, Técnico de Nível Médio em Agroindústria, Técnico de Nível Médio em Aquicultura e Técnico de Nível Médio em Nutrição e Dietética.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram convidados, de forma espontânea, uma vez que apresentavam comportamentos e atitudes que demonstravam assumirem uma nova identidade de gênero e perfizeram um total de 20 alunos(as) dos diversos cursos técnicos de nível médio do CAVN.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista compreendida como “uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas” (RICHARDSON, 2007, p.207). Dentre as possibilidades de entrevistas existente elegemos a entrevista não estruturada por permitir obter informações do entrevistado, seja do fato que ele conhece ou de seu comportamento. Segundo Manzini (2004), por um roteiro previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas, propondo uma interação melhor entre o entrevistador e o entrevistado. Utilizou-se também como instrumento de pesquisa a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros para verificarmos se o mesmo apresenta em seu texto um direcionamento para a discussão do tema identidade de gênero. Por questões éticas, os sujeitos que se dispuserem a participar desta investigação tiveram seus nomes verdadeiros mudados por pseudônimos.

A organização da análise, a partir da tabulação das entrevistas, foi disposta em três fases: a primeira, a pré-análise, que busca tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais conduzindo a um plano de análise, levando em consideração as escolhas dos documentos que atendessem a regra da exaustividade e a regra da pertinência; a segunda, a exploração do material se consistiu na codificação e categorização. A terceira fase aborda o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do roteiro organizado para conduzir a entrevista organizamos o perfil dos alunos e verificamos que dos 20 entrevistados 10 se declaram do gênero masculino, 5 informaram que são homossexuais, 1 informou que se reconhecia como bissexual e 4 afirmaram se considerarem do gênero feminino.



Observa-se que ainda não existe um conceito formado sobre gênero entre os entrevistados. Uma vez que estes confundem sexo, gênero e orientação sexual. Para Beauvoir (1949) não há nada de puramente natural em ser homem e ser mulher, pois estes se constituem em processos que acontecem no âmbito da cultura. E partindo-se do princípio que estes sujeitos não discutem sobre o tema, apenas o vivenciam, estas diferenciações ainda são novas para eles.

O conceito de gênero está diretamente relacionado a história do movimento feminista contemporâneo e “pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”(LOURO, 1997, p 22). Não se pretende, para a autora, se negar que o conceito de gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, porém enfatizar a construção social da constituição do ser homem e ser mulher. Reflete-se a construção social dos termos homem e mulher que se traduziram em características reconhecidas como inerentes ao sexo biológico, com perspectivas de subordinação de um sexo sobre o outro, no caso o masculino sobre o feminino.

O termo sexo refere-se às características biológicas que dividi a espécie humana em dois grupos: O do sexo feminino e o do sexo masculino. Segundo uma determinação genética, quem porta os cromossomos XX é considerado biologicamente “Mulher”, e quem porta os Cromossomos XY é considerado “Homem”.

A orientação sexual por sua vez, se constituiu, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Para Louro (1997),

sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento(p.27).

Continuando indagamos sobre os/as mesmos/as assumirem sua identidade de gênero no seu meio social. Dos 20 alunos/as, 19 responderam que assumem sua identidade de gênero e apenas 1 informou que só entre os amigos, pois sua família ainda não aceitaria. Para outro entrevistado sua família teve um papel decisivo na sua decisão de assumir sua identidade de gênero, pois *tenho uma família educativa conhecedora dos direitos humanos e que respeitam minha sexualidade*.

Neste caso, os estudantes mesmo assumindo uma identidade de gênero não demonstram identifica-la conceitualmente, porém independentemente dos termos estes se percebem como apresentando um sexo biológico que não condiz com seus sentimentos e ações perante a vida e os outros e estes sentimentos são por vezes de desejos, outros inquietações e por muitas vezes



frustrações. Por isso a importância para a condução do processo de aprendizagem que a escola ouça as demandas destes alunos e assim cumpra com seu papel de formadora de sujeitos autônomos e livres.

Sobre o período da descoberta de sua identidade de gênero 5 informaram que assumiram “desde sempre”, 3 informaram que foi na “infância” sem estabelecer idade, 3 lembram que foi entre os 9 e 10 anos e 7 assumiram sua identidade de gênero durante a adolescência, entre os 12 e os 16 anos. Apenas um informou que assumiu com 19 anos e 1 informou que ainda não assumiu.

No entanto, ao indagarmos se os familiares sabiam da orientação sexual dos entrevistados as informações divergiram do resultado anterior, pois apenas 12 relataram que seus familiares tinham conhecimento e 8 afirmaram que ainda não. Dentre os 8 que ainda as famílias não sabem 2 justificaram que o desconhecimento se deve ao machismo existente na sociedade e o preconceito.

Os 12 estudantes que relataram que seus familiares tinham conhecimento esclareceram, no entanto que no início foi muito difícil, ocorrendo muitas brigas, demonstrando preocupação com a integridade física dos seus filhos, tendo em vista o preconceito existente na sociedade. Esta preocupação se justifica se considerarmos os dados do relatório anual sobre o assassinato de homossexuais, em janeiro de 2016 a partir de dados de 2015, pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) - mais antiga entidade do gênero do Brasil – que indica que 318 gays foram mortos em todo o País. Desse total de vítimas, o GGB diz que 52% são gays, 37% travestis, 16% lésbicas, 10% bissexuais.

Estes dados, mesmo sendo absurdo, não retratam a realidade de violência que assola a população LGBT, visto que foram retirados de notícias divulgadas em jornais e internet e que nas delegacias quando do registro da ocorrência policial muitos casos são associados ao tráfico de drogas e não a homofobia. Portanto, a preocupação da família tem justificativa, porém esta não se deve apenas ao caso da homossexualidade, visto que contra a mulher estes números são ainda mais assustadores, pois segundo “Mapa da violência contra a mulher”, divulgado em 2015, com os números de 2013, no Brasil morre 13 mulheres ao dia, segundo informações da Organização Mundial da Saúde.

Sobre se já foram vítimas de preconceito só 2 estudantes falaram que nunca sofreram, os 18 restantes relataram diversas situações que vivenciaram e como estas foram responsáveis por muita dor e sofrimento. Destaca-se que a partir de 1998 o governo federal orienta as escolas, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a iniciar uma discussão para conscientizar os estudantes quanto



ao respeito a diferença. No entanto, 18 anos depois de seu estabelecimento muitas escolas ainda não abordam o tema. Para Koehler (2013, p. 133) isto se deve a carência de “ informações sobre as dimensões biológica, sociocultural e psicológica da sexualidade, na formação de professores, que implica na não compreensão de sua própria sexualidade. Os educadores passam a reproduzir junto aos alunos seus valores, atitudes e crenças sobre a sexualidade”.

Para compreender como o CAVN orienta as discussões sobre o tema da identidade de gênero, solicitou-se aos coordenadores dos cursos técnicos de nível médio os projetos pedagógicos dos cursos que trabalham. Após análise dos documentos constatou-se que estes seguem uma estrutura única, que não apresentam os aspectos filosóficos, históricos, sociais e psicológicos que orientam a formação do perfil dos estudantes e a organização das competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos docentes. Não se identificou nenhuma alusão a formação humana dos estudantes, apenas uma descrição do profissional após a conclusão.

Atualmente têm-se muitos estudos sobre abordagens curriculares que orientam a formação de projetos pedagógicos que transitam entre teorias consideradas tradicionais, críticas ou pós-críticas. Tais teorias estabelecem as perspectivas de base que formarão os estudantes a partir de determinada concepção de sociedade, escola, estudante, professor, metodologia, avaliação. Para cada teoria tem-se um sujeito em formação que se deseja conceber. Porém, se nenhuma teoria pode ser encontrada explicitamente nos projetos pedagógicos analisados do CAVN, infere-se que esta instituição não tem clareza quanto aos seus objetivos de aprendizagem, possibilitando aos professores, a partir de suas formações, construírem seus próprios modelos educativos. Essa falta de orientação proporciona a formação de estudantes fragmentados sem uma orientação sólida quanto ao profissional que se almeja educar.

Portanto, necessita-se urgentemente de uma organização curricular nesta instituição para que estereótipos construídos socialmente possam ser desconstruídos coletivamente quanto a identidade de gênero. A ausência de referências nos projetos pedagógicos só possibilita a proliferação de sentidos diversos e modelos contestados de orientação hegemônica sobre o sujeito.

CONCLUSÕES

Após a investigação infere-se que o currículo escolar da instituição, objeto do estudo, não contribui para a superação das desigualdades sociais, pois não discute o tema sobre a identidade de gênero e a orientação sexual com estudantes e profissionais possibilitando que experiências de



negação das identidades possam ser construídas de forma preconceituosas e estereotipadas sem a devida orientação da escola.

Os estudantes investigados relatam que assumem sua identidade de gênero e orientação sexual em sua maioria. Porém, muitas famílias ainda não aceitam e demonstram preocupação quanto a segurança de seus filho e a violência social. Afirmam que já foram vítimas de preconceitos durante sua vida e que assumiram sua identidade de gênero alguns ainda na infância.

Destaca-se a importância da inclusão da discussão sobre a identidade de gênero na instituição, materializada através da admissão da temática no currículo, para proporcionar a formação de sujeitos mais emancipados socialmente. Só após esta modificação no currículo escolar, a instituição contribuirá para a formação de estudantes que vivenciam suas identidades e são reconhecidos como portadores de direitos, minimizando o preconceito e proporcionando a participação no âmbito social.

REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. **Le deuxième sexe**. Paris: Éditions Gailimard, 1949.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Senado Federal. PROJETO DE LEI DO SENADO nº 193 de 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 12 de agosto de 2016.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.



KOEHLER, S. M. F. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. **INTERACÇÕES**. NO. 26, PP. 129-151 (2013 – Número Especial).

PIMENTEL, A. Prefácio. In: MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo, Diversidade e Equidade: luzes para uma educação intercristica**. Salvador: Edufba, 2007.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. et. al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. Revisada e ampliada. 7ª. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

SALIH, S.. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 12 de agosto de 2016.